

# **A democratização do Ensino Superior Federal na Região das Missões/RS: os perfis de atuação da *UFFS* e do *IFFAR***

## **Alexandre Mumbach**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento e Políticas Públicas, da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Cerro Largo. Servidor Público Federal pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Membro do Grupo de Pesquisa “*Direitos Humanos, Movimentos Sociais e instituições (DIR-SOCIAIS)*”, pelo CNPq”. E-mail: [mumbach.alexandre@gmail.com](mailto:mumbach.alexandre@gmail.com)

## **Sandra Vidal Nogueira**

Doutora em Educação (PUC-SP). Servidora Pública Federal do Magistério pela Universidade Federal da Fronteira Sul, vinculada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas, *Campus* de Cerro Largo, RS. Membro do Grupo de Pesquisa “*Direitos Humanos, Movimentos Sociais e instituições (DIR-SOCIAIS)*”, pelo CNPq”. E-mail: [sandra.nogueira@uffs.edu.br](mailto:sandra.nogueira@uffs.edu.br)

## **Serli Genz Bölter**

Doutora em Sociologia (UFRGS). Servidora Pública Federal do Magistério pela Universidade Federal da Fronteira Sul, vinculada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas, *Campus* de Cerro Largo, RS. Membro do Grupo de Pesquisa “*Direitos Humanos, Movimentos Sociais e instituições (DIR-SOCIAIS)*”, pelo CNPq”. E-mail: [serli.bolter@uffs.edu.br](mailto:serli.bolter@uffs.edu.br)

**Resumo:** O artigo trata dos contornos das políticas de democratização: expansão e interiorização do ensino superior brasileiro, com natureza administrativa pública e federal, focalizando de modo especial a Região das Missões, no Noroeste do Rio Grande do Sul. Para tanto, optou-se por recompor alguns traçados sobre a historicidade, ou seja, os perfis de criação e implantação do *Campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em Cerro Largo: *multicampi*, interestadual, pública, democrática, popular e interiorana e da unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFAR) em Santo Ângelo: *multicampi* e direcionada para a Educação Profissional e Tecnológica. O assunto ganha destaque na linha da preocupação com o desenvolvimento para além da dimensão econômica propriamente dita. Parte-se do pressuposto que avaliar a evolução do desenvolvimento de uma região é tarefa muito complexa e não possível de ser atingida a partir de análise quantitativa de dados econômicos, sem contextualizações adequadas, com suas interfaces, em educação, saúde, cultura, meio ambiente etc.

**Palavras-Chave:** Democratização do Ensino Superior. Desenvolvimento Regional. Interiorização do Ensino. Região das Missões.

**Abstract:** The article deals with the contours of the policies of democratization: expansion and internalization of Brazilian higher education, with a public and federal administrative nature, focusing in a special way the Missions Region, in the Northwest of Rio Grande do Sul. To do so, it was decided to recompose some tracings on the historicity, that is, the profiles of creation and implantation of the Campus of the Federal University of the South Frontier (UFFS) in Cerro Largo: multicampi, interstate, public, democratic, popular and interior and the unity of the Federal Institute of Education, Science and Technology Farroupilha (IFFAR) in Santo Ângelo: multicampi and directed to Professional and Technological Education. The subject is highlighted in the line of concern for development beyond the economic dimension itself. It is assumed that evaluating the evolution of the development of a region is a very complex task and not possible to be reached from a quantitative analysis of economic data, without adequate contextualization, with its interfaces in education, health, culture, environment etc.

**Keywords:** Democratization of Higher Education. Regional development. Interiorization of Teaching. Missions Region.

## **Introdução**

O presente Artigo trata dos contornos das políticas de democratização, expansão e interiorização do ensino superior brasileiro, com natureza administrativa pública e federal, focalizando de modo especial a Região das Missões, no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, optou-se por recompor alguns traçados sobre a historicidade, o perfil de criação e implantação do *Campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em Cerro Largo e da unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFAR) em Santo Ângelo.

O assunto ganha destaque na linha da preocupação com o desenvolvimento para além da dimensão econômica propriamente dita. Desse ponto de vista, Amartya Sen argumenta que o desenvolvimento não se restringe em aumentar a renda, mas em promover a liberdade, superando a sobrevivência. Para Sen (2000, p. 19).

O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das

liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades.

O conceito de região usado pode ser considerado num nível micro (região das Missões), num nível meso (meso região da grande fronteira do Mercosul), num nível macro (região Sul, Sudeste, etc), e assim por diante. Para Siedenberg (2012, p. 141):

[...] considera-se região como uma porção do espaço com características naturais específicas que, ao longo do processo de formação histórico-cultural, foi configurando uma identificação social, econômica e política, a fim de atender às necessidades de sua população, delimitando uma identidade regional própria.

No caso específico do presente estudo, a Região a ser estudada é do COREDE Missões, composta por 25 municípios<sup>1</sup>, localizada no Noroeste do Rio Grande do Sul e cuja formação histórica remete para o conhecido projeto jesuítico dos sete povos das Missões. No ano de 2016 esta Região contava com uma população próxima aos 251.593 mil habitantes. Do ponto de vista populacional, o principal centro urbano é Santo Ângelo com 79.789 habitantes, seguido por São Luiz Gonzaga com 35.895, Giruá com 16.965 e Cerro Largo com 14.201 habitantes, além de vários outros municípios com menos de 10 mil habitantes. Ao analisar-se o ranking dos municípios em relação ao total de municípios do Brasil, percebe-se que somente oito municípios melhoraram a sua posição nacional no ano de 2010 em relação a 1991, tendo os demais 17 municípios perdido posição no período. Inferem-se, a partir deste levantamento, que a Região teve um desenvolvimento humano, no período de 20 anos a partir de 1991, inferior aos demais municípios do Brasil. (FEE, 2017; IBGE, 2017)

Partindo do pressuposto que ambos os projetos institucionais, tanto da UFFS quanto do IFFAR, foram concebidos no horizonte das novas democracias de base popular na América Latina e pela sua vasta rede de movimentos sociais, os mesmos somente foram possíveis em face do poder de mobilização do associativismo civil, alinhado as forças vivas de lideranças comunitárias e políticas da Região e seu entorno. Isso significa dizer que ambos aconteceram graças à presença dos novos sujeitos coletivos, com marcas de forte historicidade de terra *brasilis* e das novas relações sociais (intra e interculturais) produzidas. (CARGNIN, 2014)

A ausência do ensino público federal de nível superior em algumas localidades da Região Sul do Brasil, aliada a urgência histórica de gerar conhecimento destinado ao desenvolvimento local e regional foram os grandes e importantes balizadores. Nesse sentido, diversas entidades, organizações não governamentais, igrejas, associações, lideranças municipais e grupos de municípios, se organizaram em torno dessa mobilização e a partir dele

(o Movimento!) fez-se emergir o protagonismo de diferentes atores públicos, sociais, políticos, populares, religiosos e empresariais.

**UFFS: *multicampi*, interestadual, pública, democrática, popular e interiorana**

Considerado como um dos principais projetos do governo federal, o processo de expansão da Rede Federal de Educação Superior tem seu marco inicial no ano de 2003, a partir da política de interiorização das Universidades Federais<sup>2</sup>.

Registrava-se naquele ano o atendimento de 114 municípios, ligados a 45 Universidades Federais, passando a partir do processo de expansão para 237 municípios e 59 Universidades Federais ao final de 2011, possibilitando assim a ampliação da oferta de vagas em cursos de nível superior, além da criação de novos cursos que satisfizessem os interesses locais e regionais do público atendido nas unidades da Rede Federal.

Com a promulgação do Decreto nº 6.096<sup>3</sup>, em 24 de abril de 2007, instituiu-se o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O REUNI nasceu no intuito de *“criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”* (BRASIL, 2006, p.10), e, em conformidade com o artigo 2º do decreto, respeita as seguintes diretrizes:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2006)

O Programa previa recursos orçamentários para a construção e (re)adequação de infraestrutura e equipamentos necessários ao andamento das atividades acadêmicas da Instituição, bem como a aquisição de bens e serviços e as despesas com custeio referente aos recursos humanos para a realização da expansão.

As instituições passaram a ocupar um lugar de destaque na agenda do governo federal e explicitou-se a preocupação com o crescimento regional e a interiorização da formação profissional. O Estado passou, por conseguinte, a assumir um papel de agente ativo, no sentido de apoiar um amplo projeto

de inclusão social, ao contrário das gestões anteriores. Ganhou força a ideia de expansão da rede com a finalidade de contribuir com a qualidade de vida da população, sobretudo mais pobre e com menos acesso às facilidades urbanas, mas isso em articulação com outras ações de desenvolvimento territorial sustentável. Nesse ambiente, em 2006, deu-se início ao processo de expansão da rede federal. Na primeira fase desse processo, tiveram prioridade os estados que ainda não possuíam escolas federais, além de cidades do interior com potenciais arranjos produtivos e vocação para explorar as potencialidades locais. (MATOS, 2017, p. 49)

Nesse contexto, retoma-se a discussão quanto a criação de uma Universidade Federal que pudesse atender a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul. O ano de 2005 foi marcado pela organização em torno da criação do Movimento Pró-Universidade Federal, que tinha como propósito a criação de três Universidades distintas, um em cada estado do Sul do país. Sem êxito, em 2006 deu-se início a “*elaboração de um projeto único de universidade multicampista, abrangendo os três estados do sul, compreendendo o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná*”. (PDI, 2012, p. 09)

Dando sequência, no ano de 2007 várias ações foram realizadas a fim de que se conseguisse a aprovação do projeto de criação da Universidade:

A realização de audiência pública, a designação da Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional e da Comissão de Projetos da Universidade, a participação de integrantes do Movimento Pró-Universidade, técnicos do MEC, representantes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), deram início à criação das condições objetivas que permitiram o sinal positivo para a criação da universidade na região. Isso resultou, mais tarde, no anúncio da criação da Universidade para a região e o início da tramitação do Projeto de Lei 2.199/2007, com vistas a instituir a Universidade. (PDI, 2012, p. 09-10)

No ano de 2008, a então designada Comissão responsável pela implantação da Universidade organizou várias atividades junto à comunidade, com os grupos e movimentos sociais que originaram as discussões acerca da implantação da Universidade, definindo, assim, a oferta inicial de cursos. Essa preocupação de escuta à comunidade é mantida, quando das decisões de abertura e oferta de cursos, como determina o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Instituição:

A delimitação das áreas de inserção, bem como do perfil dos cursos e de seus egressos, são sempre feitos a partir de leitura sistemática das demandas regionais, da conjuntura nacional e mundial, assim como do diálogo com os diversos setores da instituição e da sociedade, diálogo esse que se concretiza, sobretudo, nas atividades de Extensão, mas que também deve estar presente nas instâncias democráticas de gestão da universidade. Por um lado, procura-se assegurar a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, assim como de atividades de pesquisa e de extensão que estejam em sintonia com as necessidades, anseios e possibilidades da região e que possam viabilizar o seu desenvolvimento econômico, social e cultural, contribuindo para a

permanência dos jovens, com qualidade de vida e alternativas profissionais. Por outro lado, busca-se apoiar e fomentar atividades de pesquisa que não apenas tragam soluções para os problemas locais como também coloquem a UFFS como protagonista na apresentação de soluções inovadoras para os grandes problemas que afetam a humanidade, sobretudo no que se refere às questões ambientais e à superação da injustiça social. Nesse sentido, a qualidade do ensino é primordial para que os estudantes e os egressos se tornem sujeitos ativos na construção dessas soluções. (UFFS, 2012, p. 13)

É neste cenário da política de expansão e de interiorização que é promulgada a Lei nº 12.029/2009<sup>4</sup>, dando origem à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Nesse sentido a UFFS delinea o seu perfil de instituição de natureza socioeducativa: uma universidade *multicampi*, interestadual, pública, democrática, popular e interiorana, preocupada com a superação das desigualdades na Educação Superior. Representa, portanto, um marco na História da Educação e lá se vão cinco anos de existência.

A Universidade ora criada passa a abranger mais de 400 municípios da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, inicia suas atividades com cinco *campi* – Chapecó em Santa Catarina, onde fica a sede da Instituição, Realeza e Laranjeiras do Sul no Paraná, e Cerro Largo e Erechim no Rio Grande do Sul – expandindo em 2012<sup>5</sup> para o sexto *Campus*, na cidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

Historicamente desassistida pelo poder público, especialmente com relação ao ensino superior, a mesorregião sonhava com uma universidade federal há décadas e tem na UFFS a maior expressão de como é possível desenvolver ensino superior público, gratuito e de qualidade em um ambiente que, recentemente, apresentava poucas perspectivas. (UFFS, 2017, p. 05)

Segundo o PDI 2012–2016, a UFFS tem por objetivos:

- A) Oferecer qualificação profissional e cidadã de qualidade que proporcione a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população.
- B) Produzir e compartilhar com as populações locais conhecimentos e tecnologias que contribuam para a permanência dos jovens graduados na região, revertendo o processo de litoralização.
- C) Contribuir para o desenvolvimento regional integrado, sustentável e solidário, buscando a interação e a integração das cidades e Estados que compõem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno, respeitando a diversidade econômica, política e sociocultural das microrregiões.
- D) Buscar a excelência na realização das atividades de Ensino, de Pesquisa e de Extensão. (UFFS, 2012, p. 12)

Outrossim, a UFFS comprometida com uma educação pública e de qualidade, e com os preceitos históricos e político-pedagógicos da Educação Superior, além do contexto socioeconômico da sua região de abrangência, expressa no referido documento os princípios institucionais que norteiam o seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI):

1. Respeito à identidade universitária da UFFS, o que a caracteriza como espaço privilegiado para o desenvolvimento concomitante do ensino, da pesquisa e da extensão;

2. Integração orgânica das atividades de ensino, pesquisa e extensão desde a origem da instituição;
3. Atendimento às diretrizes da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, estabelecidas pelo DECRETO No. 6.755, DE 29 DE JANEIRO DE 2009, cujo principal objetivo é coordenar os esforços de todos os entes federados no sentido de assegurar a formação de docentes para a educação básica em número suficiente e com qualidade adequada;
4. Universidade de qualidade comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País;
5. Universidade democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais.
6. Universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade.
7. Uma Universidade que tenha na agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento;
8. Uma universidade que tenha como premissa a valorização e a superação da matriz produtiva existente;
9. Uma universidade pública e popular.
10. Uma universidade comprometida com o avanço da arte e da ciência e com a melhoria da qualidade de vida para todos. (UFFS, 2012, p. 14-15)

À luz dos objetivos e princípios institucionais, a implantação do *Campus* de Cerro Largo acontece a partir dos movimentos pró-implantação, discussões com a comunidade e engajamento regional acerca da efetivação de uma unidade nas Missões:

O Movimento Pró-implantação da UFFS na região conseguiu mobilizar uma extensa gama de instituições, organizações e movimentos sociais em torno da causa da universidade pública e gratuita; percorreu municípios; fez grandes mobilizações populares; realizou audiências públicas debatendo o projeto da universidade a ser implantada; coletou assinaturas em prol da proposta; fez pressão e mobilização política. Enfim, conseguiu sensibilizar a população regional e mostrar que a luta era possível, pois o cenário nacional evidenciava-se como favorável. (UFFS, 2017, p. 08)

A presença dos movimentos sociais na trajetória da UFFS vai para além de sua gênese: eles fazem parte da própria constituição da Universidade, possuem acento em sua estrutura organizacional e como tal deram origem à criação de dois Conselhos. Em nível dos *campi*, o Conselho Comunitário – CC, e, no contexto mais amplo da IES, o Conselho Estratégico e Social – CES. Ambos, conjuntamente, integram o que denominados de quarto poder<sup>6</sup> na hierarquia e sua institucionalidade visa à garantia ao direito de voz da sociedade civil organizada junto à UFFS. Traz para a cena universitária um determinado tipo de força viva da sociedade, indutora na mudança de estruturas e lógicas. São vozes de movimentos sociais organizados; igrejas; universidades comunitárias, instituições de educação superior públicas, entidades patronais (agricultura, comércio e indústria), associações dos municípios que abrigam os *campi* da UFFS; sindicatos dos professores do Ensino Fundamental e Médio,

além do Fórum do Mesomercosul. (LOSS *et al*, 2014) Para Benincá (2011, p.31) isto somente agrega valor ao espaço acadêmico, de modo que, "(...) a universidade seja compreendida como uma instituição em movimento e os movimentos sociais como catalisadores de realidades, demandas, concepções e lutas a dinamizar a vida acadêmica."

Atualmente, o *Campus* de Cerro Largo conta com 90 Professores do Magistério Superior, mais de 70 Técnico-Administrativos em Educação e um corpo discente que ultrapassa a marca dos 1.200 alunos, matriculados nos diferentes cursos e nos diversos níveis ofertados: Cursos Superiores nos Bacharelados em Administração, em Agronomia e em Engenharia Ambiental e Sanitária, nas Licenciaturas em Ciências Biológicas, em Física, em Letras Português e Espanhol e em Química; no Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Orientação Educacional; e nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em nível de Mestrado, em Desenvolvimento e Políticas Públicas e em Ambientes e Tecnologias Sustentáveis.

Além da graduação, a UFFS oferece oportunidades em cursos de pós-graduação em nível de especialização (*lato sensu*), mestrado e doutorado (*stricto sensu*). Atualmente são oferecidos 7 cursos de especialização, 11 mestrados e 2 doutorados interinstitucionais, todos com corpo docente composto por mestres e doutores. Há também muitos projetos em andamento no campo das pesquisas científicas e na área de extensão, os quais formam, com o ensino, os três pilares que alicerçam as atividades desenvolvidas pela UFFS – ensino, pesquisa e extensão. Isso é refletido no alto padrão de formação dos acadêmicos e certificado pelas recentes avaliações realizadas pelo Ministério da Educação nos cursos da Universidade. Se, por um lado, os alunos contam com um ensino regular de qualidade, por outro viés podem explorar diferentes habilidades por meio de pesquisas científicas em diversas áreas do conhecimento e ainda fortalecer a economia e o desenvolvimento da região onde estão inseridos, através de projetos que buscam a integração, interação e inclusão entre os estados, cidades e a Universidade. (UFFS, 2017, p. 06-07)

### **IFFAR: *multicampi* e direcionada para a Educação Profissional e Tecnológica**

Com a promulgação da Lei nº 11.892<sup>7</sup>, em 29 de dezembro de 2008, criavam-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: nascia assim a perspectiva de interiorização da educação profissional e tecnológica, expandindo-a para o maior número possível de municípios brasileiros.

Essas novas Instituições Federais de Ensino tem na sua concepção, além do aspecto *multicampi*<sup>8</sup>, a atuação na educação básica, compreendida como níveis fundamental e médio, no ensino profissionalizante e na educação superior, desde a graduação à pós-graduação, conforme disposto no artigo 2º da Lei de Criação:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2008)

Assim, à luz da ideia de disseminação da educação profissional e tecnológica, nasceram 38 Institutos Federais, em todas as unidades da federação, dentre eles o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Farroupilha (IFFAR), com sede da Reitoria em Santa Maria/RS e “*mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete*” (BRASIL, 2008).

Integravam-se, assim, duas das Escolas Técnicas Federais já existentes no Estado do Rio Grande do Sul, a fim de dar início a uma nova autarquia federal, dando vida ao projeto de interiorização do Governo Federal.

Também na referida Lei, em seu artigo 6º, definiram-se as finalidades e características dos Institutos Federais:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (BRASIL, 2008)

Além das características e finalidades, a Lei nº 11.892/2008 definiu os objetivos, dentre eles a oferta de educação profissional técnica de nível médio, na forma de cursos

integrados<sup>9</sup> e cursos PROEJA<sup>10</sup>, assim como cursos técnicos de nível médio subsequentes<sup>11</sup> e cursos superiores, priorizando-se a oferta de educação tecnológica e de formação de professores (licenciaturas), além da atuação em Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especializações) e Programas *Stricto Sensu* (Mestrados e Doutorados).

Neste contexto de abrangência, o IF Farroupilha visa à interiorização da oferta de educação pública e de qualidade, atuando no desenvolvimento local-regional a partir da oferta de cursos voltada para os arranjos produtivos, culturais, sociais e educacionais da região. Assim, o IF Farroupilha, com sua recente trajetória institucional, busca perseguir este propósito, visando constituir-se em referência na oferta de educação profissional e tecnológica, comprometida com as realidades locais. (IFFAR, 2016, p. 14)

Juntaram-se ao Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, a Unidade de Ensino Descentralizada de Júlio de Castilhos, que era vinculada a São Vicente do Sul, e a de Santo Augusto, vinculada a Bento Gonçalves: essas quatro unidades deram início às atividades do IFFAR, passando a se chamar de *Campus Alegrete* e *Campus São Vicente do Sul*, consideradas unidades integrantes da fase de pré-expansão da Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico (EPT) e os *Campus Júlio de Castilhos* e *Campus Santo Augusto*, considerados da fase I.

Em 2010, a Instituição expandiu sua área de atuação, com a criação dos *campi* Panambi, Santa Rosa e São Borja, integrantes da fase II da expansão da Rede Federal EPT. Em 2012, com a transformação do Núcleo Avançado de Jaguari em *Campus* e, em 2014, com a criação do *Campus Santo Ângelo*, o IFFAR completava o ciclo das fases de expansão previstas pelo Ministério da Educação (MEC), sendo estas unidades consideradas da fase III.

Ainda em 2014, a então Escola Técnica Federal de Frederico Westphalen, vinculada à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) passa a integrar o IFFAR como *Campus*, e é criado o *Campus Avançado de Uruguaiana*, vinculado ao *Campus São Borja*.

Assim, o IFFAR chega a 12 unidades distribuídas pelo estado do Rio Grande do Sul, sendo a Reitoria, um *Campus Avançado* e 10 *campi*, além de 08 Centros de Referência e 37 Polos de Educação à Distância (EAD). Em nível nacional, chega-se em 2016 a impressionante marca de 644 *campi*, sendo mais de 500 unidades construídas nas fases de expansão da Rede Federal EPT<sup>12</sup>.

Detendo-se à Região das Missões, foco deste estudo, o IFFAR *Campus Santo Ângelo* teve seus primeiros passos, ainda na fase embrionária, em novembro de 2010, quando ocorreram reuniões entre o Prefeito Municipal da época, a Comissão local pró-implantação composta por membros da sociedade santo-angelense, o Reitor e Pró-Reitores do IFFAR e

também o Secretário Nacional do Ensino Técnico Federal, Professor Eliezer Pacheco, no intuito de incluir Santo Ângelo na fase III da expansão da Rede EPT.

O resultado das sucessivas reuniões e audiências públicas culminou na decisão de contemplar Santo Ângelo com a implantação do Campus em uma área de 50 ha destinada via doação pelo município de Santo Ângelo, localizada à margem da RS 218. (IFFAR, 2017, p. 08)

Definida a implantação da unidade, iniciou-se a fase de definição dos cursos que seriam ofertados pelo *Campus*, sendo realizadas audiências públicas de escuta à comunidade, conforme vislumbra-se o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio:

Então, na busca de sintonia com as necessidades e potencialidades de desenvolvimento regional, os eixos tecnológicos de atuação do *Campus* foram definidos por meio de audiências públicas e da escuta às representações da comunidade. A opção foi pelos eixos tecnológicos: Recursos Naturais, Ambiente e Saúde e Informação e Comunicação. (IFFAR, 2017, p. 08)

Assim, o IFFAR *Campus* Santo Ângelo começou sua efetiva atuação no ano de 2014, quando foram iniciadas as atividades administrativas e as aulas dos Cursos Técnicos Subsequentes em Gerência de Saúde e em Informática para Internet, ainda na sede provisória, junto a Secretaria Municipal de Educação.

Concluídas as obras de construção da sede em 2015, o *Campus* passa a ofertar os Cursos Técnicos Integrado em Manutenção e Suporte em Informática, Integrado em Estética PROEJA, Subsequente em Enfermagem, Subsequente em Estética e o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet, além dos Cursos Técnicos Subsequentes em Gerência de Saúde e em Informática para Internet que já vinham sendo ofertados antes mesmo da mudança para a sede definitiva do *Campus*.

Atualmente, o *Campus* conta com uma estrutura razoável, ainda muito aquém do projetado para a unidade, conforme o planejamento expresso no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014 – 2018, contando com um prédio de salas de aula, laboratórios, cantina, Assistência Estudantil, Grêmios Estudantis e Diretório Acadêmico; também, dispõe de um prédio onde localizam-se salas administrativas, de atendimento aos discentes, de Docentes e Coordenações de Cursos, de apoio pedagógico, das Direções, de reprografia e uma ampla Biblioteca com acervo atualizado, com cabines e salas de estudos, além de computadores disponíveis para realização de pesquisas; o *Campus* conta ainda com um prédio de almoxarifado, onde está a Diretoria de Administração do *Campus* e os setores a ela vinculados, estoque de materiais de consumo e um pequeno auditório para uso em atividades e eventos; dispõe-se ainda no *Campus* de uma quadra poliesportiva coberta e iluminada, uma

estrutura coberta onde ficam os implementos agrícolas e áreas experimentais de plantação, chamadas de LEPEPs<sup>13</sup>

Quanto aos recursos humanos<sup>14</sup>, o *Campus* conta na atualidade com 38 servidores Técnico-Administrativos em Educação, nos diferentes níveis de classificação na carreira e com diferentes formações, com 48 servidores Docentes da carreira de EBTT<sup>15</sup>, além de Professores Substitutos e trabalhadores terceirizados, que dão conta das atividades pedagógicas e administrativas da unidade, a serviço de um contingente aproximado de 700 discentes, matriculados nos Cursos Técnicos Integrado em Manutenção e Suporte em Informática, Integrado em Agricultura, Integrado em Estética (na modalidade PROEJA), Subsequente em Enfermagem e Subsequente em Estética, e nos Cursos Superiores de Tecnologia em Sistemas para Internet, Licenciatura em Computação e Tecnologia em Gestão do Agronegócio, com atividades letivas e extraclasse nos três turnos (matutino, vespertino e noturno).

O *Campus* atua seguindo por base o tripé formativo composto pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão, que dão suporte a uma formação integral aos discentes que passam pela Instituição, bem como com vistas à verticalização do ensino, ofertando Cursos de mesma área nos níveis médio e superior.

Conforme declarações a comunidade acadêmica e processos em tramitação no Conselho Superior (CONSUP) do IFFAR, projeta-se para um futuro próximo a expansão física da unidade, com a construção de novos prédios e áreas de convivência destinadas aos discentes, bem como a ampliação da oferta de Cursos, com alguns em fase de tramitação para oferta, caso do Curso Técnico Integrado em Administração e dos Cursos Superiores de Tecnologia em Estética e Cosmética e de Bacharelado em Enfermagem, atendendo a um anseio da comunidade local e regional, bem como, no caso dos dois últimos, dos próprios alunos já certificados na área, em Cursos de nível médio, que buscam a formação superior e o prosseguimento de sua formação em uma Instituição Federal de Ensino.

### **Considerações Finais**

Avaliar a evolução do desenvolvimento de uma região é tarefa muito complexa e não possível de ser atingida a partir de análise quantitativa de dados econômicos, sem contextualizações adequadas, com suas interfaces, em educação, saúde, meio ambiente etc. Desse ponto de vista, o presente Artigo pretende contribuir aos debates, trazendo à tona aspectos sobre a historicidade dos contornos que definiram o perfil as políticas de expansão,

interiorização e democratização do ensino superior brasileiro na Região das Missões, no Rio Grande do Sul.

O ingresso no sistema de ensino superior no Brasil é um assunto que ganhou espaço nas agendas públicas e, mesmo que existam fortes indicadores de que os fatores culturais sejam mais relevantes para o acesso e a permanência no ensino superior, não há dúvidas sobre o seu impacto nos fatores econômicos, sociais e populacionais, propriamente ditos. A fixação dos jovens em seu território de origem é também uma questão importante neste cenário.

Analisando o Perfil Socioeconômico da Região COREDE Missões, esta era considerada a Região do Rio Grande do Sul com maior perda populacional, tendo atingido um nível de *decréscimo* de 0,57% de sua população por ano, entre os anos de 2000 e 2010. Confrontando estas informações com as da FEE, que tem por base o ano de 2016, o COREDE Missões teve um *acréscimo* populacional de aproximadamente 3,5 mil habitantes, o que pode ser considerado um ponto altamente positivo para uma Região que vinha em exponencial decréscimo. O fato relevante, e que merece destaque, é que esse crescimento populacional de aproximadamente 1,5% ocorreu em um período de 06 anos (2010–2016), concomitantes aos processos de implantação da UFFS e do IFFAR. Também, é importante salientar que, de acordo com Cargnin (2014), para 22 dos 25 municípios o ano de 2013 foi o de melhor desempenho, dentre os apresentados, ou seja, 2007, 2010 e 2013. Ainda no bloco educação, ao compararmos com o índice referente ao Estado, a Região do COREDE Missões apresenta índices superiores a média estadual, indicando que neste quesito a região está bem posicionada, passando de 0,652 para 0,724, enquanto que o Estado evoluiu de 0,627 para 0,679 desde 2007. (CARGNIN, 2014; FEE, 2017; IBGE, 2017;)

Para as famílias, a entrada de seus filhos na universidade pública tornou-se assunto de grande interesse. Para os analistas políticos e econômicos, o funcionamento adequado das instituições de ensino superior tem se tornado elemento central da igualdade de oportunidades nas sociedades democráticas, ou seja, mais do que um fator associado à modernização da sociedade, a Educação Escolar – particularmente nas instituições de ensino superior públicas – seria a principal matriz da organização da vida social e urbana na atualidade.

Associada as demais revoluções que produziram a denominada modernidade, a saber: a industrial, urbana e a cultural, a revolução educacional produzida pelo ensino superior redesenhou os critérios de hierarquização social, os padrões de produção científica, as práticas médicas, as formas de organização familiar e o tecido urbano. Tornou-se, assim, mais que o “Destino” de uns poucos privilegiados, uma escolha possível para muitos cidadãos. Nesse sentido, quanto mais abrangente se torna o público atingido pela Educação Superior, mais

intensas serão as luzes do debate sobre o sentido e os modos de funcionamento da escolarização na sociedade e também seus modos de pensar e fazer nas cidades.

### Referências

BENINCÁ, Dirceu. **Universidade e suas fronteiras**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2011.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 abr. 2008. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**. Brasília, DF, 2007.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892, de 29 dez. 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, DF, 2008.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.029, de 15 set. 2009. **Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e dá outras providências**. Brasília, DF, 2009.

CARGNIN, Antonio Paulo. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais**. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2014.

FEE – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores - 2017**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

GENTIL, Viviane Kanitz. **Expansão, interiorização e democratização de acesso a Educação Superior pública: o caso da Unipampa**. 2017. 287 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/9978>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores - 2017**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?tema=idhm>>. Acesso em 23 ago. 2018.

IFFAR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 – 2018**. Santa Maria: IFFAR, 2013.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Computação – IFFAR Campus Santo Ângelo**. Santa Maria: IFFAR, 2016.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio – IFFAR Campus Santo Ângelo**. Santa Maria: IFFAR, 2017.

LOSS, Adriana S; LOSSO, Adriana R.S.; MICHELS, Lisia R.F.; NOGUEIRA, Sandra Vidal; ONÇAY, Solange T. Von (org.). **Uma universidade pública que se projeta como popular: bases para (re)leituras dos cenários da UFFS**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2014.

MATOS, Francisco Thadeu Carvalho. **O redesenho da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil nos dois governos de Luíz Inácio Lula da Silva:** de Centros Federais de Educação a Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: A experiência do IFPB (2003 – 2010). 2017. 175 p. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/24512>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

RIO GRANDE DO SUL (RS). **Perfil Socioeconômico COREDE Missões.** Porto Alegre, RS, 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

SIEDENBERG, Dieter Rugard (org). **Desenvolvimento sob múltiplos olhares.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

TREVISOL, J. V.; CORDEIRO, M.H.; HASS, M. **Construindo agendas e definindo Rumos:** I conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS. Chapecó: UFFS, 2011.

UFFS – Universidade Federal Fronteira Sul. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2012-2016.** Chapecó, SC: UFFS, 2012.

---

<sup>1</sup> São eles: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzalez, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória as Missões.

<sup>2</sup> Informações disponíveis no site do MEC em <http://reuni.mec.gov.br/expansao>

<sup>3</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)

<sup>4</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/Lei/L12029.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/Lei/L12029.htm)

<sup>5</sup> Informações disponíveis no site da UFFS em [https://www.uffs.edu.br/institucional/a\\_uffs/a\\_instituicao/historia](https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/historia)

<sup>6</sup> Visto que os segmentos dos estudantes e também dos/as servidores/as docentes e técnico-administrativos já possuíam seus poderes constituídos.

<sup>7</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)

<sup>8</sup> Multicampi: instituição que se divide e organiza em vários *campi*, ou seja, em várias unidades.

<sup>9</sup> **Cursos Integrados:** cursos técnicos profissionalizante integrados ao ensino médio, onde o discente realiza seus estudos de forma integrada das disciplinas básicas e das técnicas específicas, destinados aos que concluíram o ensino fundamental.

<sup>10</sup> **PROEJA:** Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

<sup>11</sup> **Cursos Subsequentes:** cursos técnicos profissionalizantes de nível médio, destinado aos que já concluíram o ensino médio, ou seja, um curso “pós-médio”.

<sup>12</sup> Conforme informações disponíveis no site do Ministério da Educação (MEC), no link <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>

<sup>13</sup> Os Laboratórios de Ensino, Pesquisa, Extensão e Produção, chamados LEPEPs, são áreas de plantio e culturas experimentais, organizados nas unidades onde se tenham Cursos que atuam na área da Agricultura.

<sup>14</sup> Conforme informações disponíveis no site do IFFAR, no link <http://www.iffarroupilha.edu.br/gest%C3%A3o-de-pessoas/documentos/item/6303-quantitativo-de-cargos-iffar>

<sup>15</sup> Docentes da carreira EBTT são aqueles que estão no quadro de Professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, atendendo desde cursos de nível médio a superiores, bem como em programas *lato* e *stricto sensu*.